

Sarney decide nossa posição em Cartagena

JORNAL DA TARDE
13 DEZ 1985

O presidente José Sarney traça hoje, com os ministros Olavo Setúbal, das Relações Exteriores, e Dilson Funaro, da Fazenda, a orientação sobre a posição brasileira na reunião dos países signatários do Consenso de Cartagena, que começará segunda-feira em Montevideu.

Técnicos dos 11 países da América Latina com a maior dívida externa iniciaram ontem na capital uruguaia a reunião preparatória da conferência dos chanceleres e ministros da Fazenda, na qual o Hemisfério procurará encontrar uma resposta ao plano do secretário do Tesouro dos EUA, James Baker, apresentado em Seul.

Segundo um assessor do Palácio do Planalto, Sarney não concorda com a filiação do Brasil à idéia de formação de blocos de devedores como forma de se contrapor às posições dos países ricos. Mas também é contrário à formação de cartéis de credores que imponham políticas econômicas a serem cumpridas pelos países pobres.

Para o assessor, não se trata de uma posição de confronto, mas de ampliação das faixas de negociação, tanto dos credores como dos devedores. Nesse contexto, disse, ambas as partes devem entender que os problemas da comunidade internacional são mútuos e os Estados Unidos, por exemplo, não podem adotar políticas unilaterais que venham prejudicar seus parceiros mais pobres. Assim, a questão da dívida deve ser encarada como um problema comum, concluiu.

Em Montevideu, fontes políticas informaram existir consenso para determinar que o Plano Baker é insuficiente para resolver o problema da dívida externa dos países do Terceiro Mundo, e, fundamentalmente, dos da América Latina. Admitem-se também dificuldades para formular uma resposta comum de todo o Consenso de Cartagena, mesmo que se dê como fato que o plano será aceito.

A coincidência mais importante da análise dos economistas e governantes sobre o plano "é uma mudança qualitativa dos Estados Unidos no tratamento da dívida externa". Essa mudança foi destacada pelo chanceler uruguaio, Enrique Iglesias, secretário do Consenso de Cartagena, e pelo ministro da Economia, Ricardo Zerbino. Eles concordaram que o Plano Baker é um passo adiante em face da dívida externa das nações do Terceiro Mundo. Mas também os dois ministros uruguaios duvidam da eficácia do plano para resolver os graves problemas do endividamento.

Dentro do Consenso de Cartagena há vários países que discordam fundamentalmente da orientação que o FMI exige e por isso não têm podido chegar a acordos que permitam um refinanciamento de suas dívidas.

Com esse panorama prévio, os técnicos de Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Peru, México, República Dominicana, Venezuela e Uruguai — os países do Consenso de Cartagena — inicia-

ram a reunião preparatória. A proposta a formular será definida, a partir de segunda-feira, pelos chanceleres e ministros de Economia ou seus representantes.

Problema: os juros

A América Latina tem uma dívida externa de US\$ 360 bilhões e o Plano Baker promete injetar fundos novos para a reativação econômica da área estimados em quase US\$ 30 bilhões. Os bancos privados internacionais entrarão com US\$ 22 bilhões em novos créditos e o Banco Mundial e o FMI, com pouco mais de US\$ 9 bilhões.

Em contrapartida, os países que obtiverem fundos através do Plano Baker deverão colocar em prática programas econômicos de austeridade a longo prazo e ajustes orçamentários a médio prazo que garantam o crescimento.

David Mulford, subsecretário do Tesouro dos EUA, adiantou parte dessas exigências em uma recente visita a Montevideu. Para Mulford as políticas macroeconômicas devem favorecer a privatização das empresas estatais deficitárias, o incentivo da poupança interna, a redução dos impostos, abrir as economias aos investimentos estrangeiros e ao comércio.

Em Buenos Aires, o ministro da Economia, Juan Sourrouille, confirmou, em entrevista coletiva a correspondentes estrangeiros, que o nível das taxas de juros norte-americanos, a dependência e a adicionalidade são os três critérios que causam mais preocupação ao governo argentino com respeito às propostas de Baker e do Banco Mundial, as deste último apresentadas por seu presidente, Alden W. Clausen.

Sourrouille disse que, em termos gerais, tanto Baker como Clausen propõem a recirculação de fundos originados na taxa de juros atual:

— Preocupa-nos que não se discuta estas taxa de juros, já que ela é maior que a taxa de equilíbrio a longo prazo. O primeiro problema para os países devedores é qual é a taxa de juros, e quão oportuna é. Dois pontos de alta da atual taxa de juros anulam o Plano Baker e, reciprocamente, se caírem três pontos, isso o duplica. Se a taxa norte-americana é transitória, como geralmente é reconhecido e nós ajustamos nossas economias a essa taxa provisória, estaremos fazendo um ajuste incorreto, a uma taxa de juros mais elevada que a oportuna para longo prazo.

Para Sourrouille, o Plano Baker avança em dois terrenos com respeito à condicionalidade. O primeiro é a ratificação do papel do FMI como avalista dos programas de ajuste feitos pelos países devedores. O outro é a adicionalidade que surge quando um organismo internacional, ao oferecer um crédito associado à importação, aumenta o déficit da conta corrente e, na mesma medida, o nível dos gastos públicos e o déficit do setor público financiado do Exterior.